

Programa Bolsa Família: a percepção dos beneficiários, gestores públicos e líderes de comunidade como instrumento para avaliação em Urucuia-MG

Resumo: O presente trabalho trata-se de um estudo de caso no município de Urucuia, no estado de Minas Gerais, que teve como objetivo caracterizar a percepção da efetividade do Programa Bolsa Família (PBF) pela concepção de 64 beneficiários, 6 gestores públicos envolvidos no PBF (um coordenador da equipe do Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); dois agentes comunitário da saúde; um secretário municipal de administração representante do Executivo; um vereador representando o legislativo e um conselheiro do Conselho de Assistência social do município) e 2 líderes de comunidade. Para tanto, a investigação aqui empreendida foi realizada por meio da análise descritiva dos dados primários e as entrevistas por análise de conteúdo. Os resultados sugerem que o PBF tem contribuído para incluir famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza, e sem acesso a serviços básicos. Contudo, o grupo de famílias que estão satisfeitos e frequentemente satisfeitos com os recursos recebidos é muito restrito, não ultrapassando 15%, e para 72% da amostra selecionada os recursos financeiros disponibilizados são ainda insuficientes para manutenção do sustento do grupo familiar. Por outro lado, os gestores públicos e líderes de comunidade compreendem que faz necessário uma melhor gestão na fiscalização do programa, bem como adesão da população local nas ações de conscientização e esclarecimento promovidos pelos Cras.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Políticas Públicas. Efetividade de políticas públicas. Inclusão social.

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF), foi criado através de medida provisória em 2003, unificando benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) e ampliando o acesso de famílias beneficiadas (BRASIL, 2003). Em janeiro de 2004 o referido programa foi transformado em Lei nº 10.836 (BRASIL, 2004).

Segundo Silva (2007) o programa se transformou no principal instrumento de transferência de renda direta do governo federal, tendo por objetivos: (i) mitigar a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; e (ii) promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (WEISSHEIMER, 2006; SILVA, 2007).

No Brasil, em meio ao ápice de sua atuação, em 2013, o PBF beneficiou mais de 14 milhões de famílias, transferindo cerca de R\$ 32 bilhões (IPEA, 2018). Somente no Estado de Minas Gerais, no mesmo ano, foram aproximadamente 1,1 milhões de famílias beneficiadas, somando R\$ 872,4 milhões dos recursos (IPEA, 2018), já o município de Urucuia localizado no norte de Minas Gerais, recebeu aproximadamente 2,29 milhões atendendo 1.195 famílias no referido ano.

Em virtude de sua abrangência e de vultuosos recursos ligados à sua execução, o programa tem despertado interesse na literatura sobre a eficácia. Trabalhos recentes têm buscado avaliar a eficácia do PBF pelo olhar da sociedade brasileira (CASTRO et al., 2009), dos beneficiários (COSTA et al., 2003; TESTA et al., 2013; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015), bem como dos gestores do programa (AUXILIADORA; MONTEIRO; RIBEIRO, 2017) dentre outros, vis-à-vis as políticas públicas inclusivas determinadas pelo Estado brasileiro. Imerso nesse debate, o presente artigo se insere na literatura ao buscar identificar a percepção dos beneficiários, gestores públicos e líderes de comunidade sobre o programa, no nível local, especificamente no município de Urucuia sobre o PBF.

E tem como objetivos específicos, busca analisar a percepção dos beneficiados sobre a suficiência dos recursos para satisfazer as necessidades básicas estipuladas pelo PBF e a percepção da satisfação do atendimento realizado pelo órgão executor do programa no município. Quanto a percepção dos gestores públicos e líderes de comunidade, busca analisar

a percepção da efetividade do PBF em relação ao atendimento prestado a comunidade e a sua execução.

A análise do programa no município de Urucuia justifica-se, tanto pela elevada participação da população assistida pelo PBF no município em análise, bem como os recursos a ele destinados.

Dos 16.929 habitantes estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) no ano de 2020, aproximadamente 24% foram beneficiadas pelo PBF em março do referido ano. Ou seja, 4.063 pessoas foram diretamente beneficiadas pelo Programa, representando 1.240 famílias.

Quanto aos recursos destinados ao município, no mês de março de 2020, foram transferidos R\$ 241.355,00 às famílias inseridas no Programa, e o benefício médio repassado foi de R\$ 194,64 por família (MDS, 2020). Vale salientar que o valor e os tipos de benefícios recebidos variam de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar

Por fim, é oportuno frisar que a cobertura do programa foi de 73 % da estimativa de famílias pobres no município de Urucuia em março de 2020, conforme aponta o Relatório do Bolsa Família e do Cadastro Único, do Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante desse contexto, torna-se pertinente realizar estudos que busquem compreender a percepção da efetividade dos agentes envolvidos no programa, dado que o PBF é um instrumento importante de mitigação das disparidades e vulnerabilidade socioeconômicas do país (MDS, 2013).

Assim, para além desta introdução e considerações finais, este trabalho está organizado em mais três seções. A próxima seção busca caracterizar o PBF como uma política pública que tem permitido a milhões de brasileiros uma vida minimamente digna com acesso a serviços básicos, bem como uma maior autonomia financeira desses sujeitos beneficiários, tendo em vista o quadro estrutural de desigualdade social no Brasil. Na seção seguinte são expostos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Seguida da apresentação dos principais resultados.

1. O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma política pública que tem como objetivo assegurar o direito humano a vida, por meio de ações de transferência de renda com condicionalidades. O programa foi instituído em 09 de janeiro de 2004, a partir da Lei 10.836 e regulamentado pelo Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, através do Cadastro Único (CadÚnico) no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2019).

O PBF unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação “Bolsa Escola”, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde “Bolsa Alimentação”, do Programa Auxílio-Gás, e do Cadastramento Único do Governo Federal (BRASIL, 2004; MEDEIROS et al, 2017).

Nesses termos, o PBF pode ser caracterizado como um subsídio à demanda (GUERRA et al, 2012), uma vez que é direcionado às famílias em situação de exclusão econômica, com o intuito de melhorar suas possibilidades de acesso aos serviços públicos. Além disso, ele tem como uma das principais propostas o estímulo ao desenvolvimento de capital humano, uma vez que faz-se necessário a permanência de crianças e jovens nas escolas.

Quanto a este aspecto, Costa (2005) defende que os programas de transferência de renda, tais como o PBF além de beneficiar as famílias carentes, eles possibilitam a ampliação da liquidez monetária na economia local. Ademais, conforme aponta estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia e publicada pelo MDS (2020), a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. Portanto, há de considerar que além de contribuir para a inclusão das famílias no sistema econômico, o PBF possibilita a expansão do fluxo de renda e mercado local.

No que tange a inclusão do beneficiário, este procedimento ocorre a partir do cadastro no sistema de Cadastro Único (CadÚnico), que no segundo momento é direcionado ao setor do Programa Bolsa Família mais próximo da sua região/residência. O cadastro é realizado, preferencialmente pela mulher responsável da família assistida, com idade mínima de 16 anos e que seja residente no mesmo imóvel que os demais membros da família (MSD, 2011).

Para ter acesso ao programa são necessários critérios para seleção, dentre eles sobressaem, a renda familiar per capita de até R\$ 178,00 (atualizado em abril de 2020). É importante mencionar, que o cadastro não implica na entrada imediata das famílias ao programa e recebimento do benefício, pois este serão inclusos, após a verificação as exigências propostas no programa (MDS, 2011). Ademais, o programa exige algumas condicionalidades que são necessárias para assegurar o direito de recebimento do benefício do programa, que estão relacionadas a educação e a saúde. Em relação a educação, as famílias que têm crianças e adolescentes entre 06 a 15 anos devem ter obrigatoriamente matrículas ativas, com frequência mínima mensal de 85%. Já os estudantes de 16 a 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Quanto ao âmbito da saúde, a família beneficiada deve assumir o compromisso de fazer o acompanhamento das vacinas, mantendo o desenvolvimento nutricional para as crianças com idade até 07 anos. Além disso as mulheres com faixa etária entre 14 e 44 anos também devem realizar o acompanhamento da carteira de vacinação, e se gestantes ou nutrizes, realizar exames pré-natal e acompanhamento da sua saúde e do bebê (MDS, 2012).

Nota-se que as famílias que descumprirem essas condicionalidades serão identificadas pelo poder público e após analisar os motivos da não realização dos acompanhamentos necessários, serão orientadas ao cumprimento, e caso haja incidência de descumprimento podem ter os benefícios cancelados e em alguns casos sem possibilidade de reversão ao benefício. Vale salientar, que o objetivo destas condicionalidades é garantir a oferta das ações básicas e potencializar a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuir para a sua inclusão social (MSD, 2012; MOURÃO; FERREIRA; JESUS. 2012),

Ainda em relação ao PBF, Guerra e outros (2012) e Castro et al. (2009) alertam a existência de outras características particulares do programa, dentre elas destaca que o atendimento do PBF refere ao núcleo familiar, e não a indivíduos isoladamente e que a gestão do programa é, e deve ser mantida descentralizada entre União, Estados e Municípios, para que assim seja possível aperfeiçoar o programa continuamente.

Dado as características mais gerais do PBF, é de se esperar que o programa tenha, ainda, um longo caminho para trilhar e cumprir adequadamente os objetivos que motivaram sua criação. Ademais, a investigação da percepção dos beneficiários e gestores envolvidos nas suas ações, seja na inclusão, execução, manutenção e fiscalização tem sido objeto de estudo da

literatura pertinente, dado o reconhecimento dos seus avanços e limitações (WEISSHEIMER, 2006).

No que tange a percepção da sociedade em relação a eficácia do PBF, Castro et al. (2009) indicam o reconhecimento do programa pela sociedade, em que entende que ele está sendo utilizado de forma adequada, mesmo considerando problemas em sua execução. Adicionalmente, os autores concluem que o PBF adquiriu legitimidade junto à sociedade brasileira dado o nível de conhecimento da política e mesmo de apoio à sua existência e argumenta sobre a importância de buscar e considerar a opinião da sociedade como importante elemento de avaliação de políticas públicas.

Costa et al (2003) analisou a eficácia do PBF, a partir da perspectiva dos beneficiários em Manaus por meio de uma pesquisa quali-quantitativa com 50 beneficiários. Os resultados sugerem que os beneficiários percebem como resultado de sua inserção no PBF o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida da sua família. Contudo, eles observam a ocorrência de falhas de alguns objetivos do programa, principalmente relacionados com a emancipação sustentada das famílias.

Em relação a percepção dos gestores do programa, Auxiliadora, Monteiro e Ribeiro (2017) constata a partir de questionários semiestruturados aplicados com gestores estaduais do PBF, que os processos de aprendizagem resultantes das pesquisas avaliativas do MDS para o PBF junto aos estados foram baixos, e que a percepção de aprendizado está mais relacionada aos aspectos gerenciais (vinculados à execução do PBF) do que a aspectos mais instrumentais e conceituais que possibilitem a esses atores assumirem um papel mais ativo e autônomo junto à gestão do Programa.

Nesse contexto, ainda não se pode registrar unanimidade nas pesquisas quanto à efetividade do PBF na redução dos problemas sociais no Brasil. Se por um lado, há evidências que o PBF não tem exercido uma função emancipatória voltada à efetivação da cidadania (MENDES; BARBOSA; RODRIGUES, 2009; DENUBILA; FERREIRA; MONTEIRO, 2010). Por outro lado, há constatações que demonstram que o PBF assume um papel essencial na garantia inicial da segurança alimentar e do bem-estar das famílias assistidas (TRALDI; ALMEIDA; FERRANTE, 2012), bem como a ampliação do acesso a alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda, microcrédito e serviços de saúde para os filhos (SÁ; SILVA, 2012; FIGUEIRÓ, 2010).

2. Aspectos metodológicos

Tendo em vista os objetivos elencados, a investigação aqui almejada tem natureza exploratória e baseia tanto em dados quantitativos como qualitativos.

Os dados quantitativos são provenientes na aplicação de questionários estruturados com representante do núcleo familiar do PBF residentes do município de Urucua-MG. Já, os dados qualitativos, são derivados de entrevistas semiestruturadas com gestores e profissionais ligados à inclusão, execução, monitoramento e fiscalização do PBF no município em análise.

Em consonância com o objeto do estudo, os roteiros dos questionários e das entrevistas foram desenvolvidos com base no referencial teórico (CASTRO et al., 2009; COSTA et al., 2003) visando identificar a percepção dos beneficiados sobre a suficiência dos recursos para satisfazer as necessidades básicas estipuladas pelo PBF e a percepção da satisfação do atendimento realizado pelo órgão executor do programa no município. Quanto a percepção dos gestores públicos e líderes de comunidade, em relação a efetividade do PBF quanto ao atendimento prestado a comunidade e a sua execução. Ademais, os roteiros foram avaliados por quatro especialistas da área (dois professores e dois doutorandos) como um processo de validação do conteúdo.

A amostra mínima necessária para este trabalho consiste em 42 famílias, tendo em vista a população amostral de 1.254 famílias assistidas pelo PBF em setembro do ano de 2019 no município de Urucua, conforme aponta os dados divulgados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e disponibilizado no Ministério da Cidadania (2019). O nível de confiança adotado é de 90% e erro amostral de 10%. Para tanto, foi investigada 64 famílias beneficiadas pelo PBF, portanto amostra selecionada é suficiente diante dos parâmetros utilizados.

No que tange a estrutura dos questionários, este segue dois formatos: (i) múltipla escolha e (ii) respostas psicométricas de cinco pontos, fundamentada na escala tipo Likert. As escalas âncoras da métrica de Likert foram: “nunca”, “às vezes”, “frequentemente”, “sempre” e “não se aplica”. Tal escala foi utilizada para possibilitar aos respondentes especificarem seu nível de concordância com as afirmações apresentadas e evitar respostas neutras.

Já as entrevistas, segue o formato semiestruturado e foi realizado com oito profissionais envolvidos nas ações do PBF no município em análise, sendo seis gestores públicos (um coordenador da equipe do Centros de Referência da Assistência Social (Cras); dois agentes

comunitário da saúde; um secretário municipal de administração representante do Executivo; um vereador representando o legislativo e; um conselheiro do Conselho de Assistência social do município) e dois líderes de comunidade do município.

Quanto a localização do espaço amostral dos questionários, a pesquisa foi desenvolvida no setor do Cadastro Único, junto a Secretária de Ação Social do município. As famílias selecionadas estavam nas instalações da sala de espera da Secretaria de Ação Social para atualizar as informações do CadÚnico, e que se dispuseram a responder os questionários. Já as entrevistas foram realizadas nas instalações laborais dos servidores públicos mencionados, e as entrevistas com os líderes de comunidade ocorreram nas instalações da Secretaria de Ação Social do município.

Vale salientar, que antes de iniciar a aplicação dos questionários e entrevista, cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, ou seja, para iniciar a aplicação do questionário e da entrevista fez necessário o consentimento do entrevistado. O referido termo descreve o objetivo da pesquisa com caráter acadêmico e a participação voluntária dos entrevistados, bem como apresenta os esclarecimentos sobre o anonimato e confidencialidade das respostas coletadas. Nesses termos fica estabelecido que os resultados desse estudo visa captar apenas a percepção dos indivíduos e não identificar os indivíduos investigados.

Adicionalmente, como nem todos os respondentes eram alfabetizados, a leitura do questionário foi realizada oralmente pelo pesquisador, e as respostas registradas, uma vez que o questionário constituiu de questões fechadas. O tempo médio de preenchimento do questionário foi de 15 minutos e cada entrevista semiestruturada foi gravada e transcrita e teve o tempo médio de 30 minutos.

Descritos os aspectos gerais metodológicos, os resultados são tratados e agrupados a seguir.

3. Análise e discussão

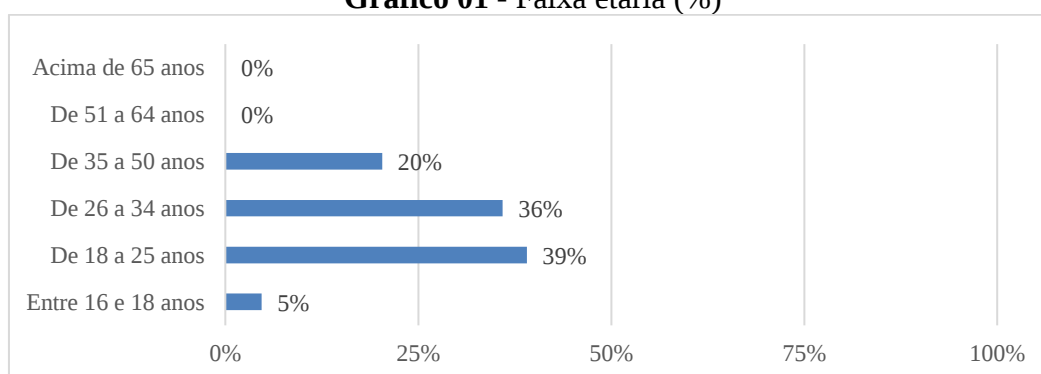
3.1 Análise do perfil dos beneficiados do PBF selecionados

Das 72 famílias que foram investigadas, 64 foram selecionadas para a análise por recebem benefícios do governo federal, especificamente do PBF. No grupo analisado foi identificado

que 91% dos responsáveis do grupo familiar são do sexo feminino e apenas 9% do sexo masculino. Tal resultado, converge com o perfil do município como o todo, tendo em vista que em 2019, 87,1% dos responsáveis famílias eram do sexo feminino, conforme aponta o MDS (2020). Tal constatação é coerente à prioridade do programa, tendo em vista que o PBF prevê o pagamento dos benefícios financeiros seja realizado preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades (MDS, 2012).

Quanto à faixa etária do representante familiar, em grande medida há uma concentração na faixa dos 18 a 25 anos (39%), seguida dos 26 anos a 34 anos (36%), 35 anos a 50 anos (20%), 16 anos a 18 anos (5%), sendo a faixa de 51 a 64 e acima de 65 anos sem nenhuma representatividade (Gráfico 1). Esse resultado revela o elevado contingente de indivíduos jovens que são responsáveis pelo núcleo familiar, uma vez que, a parcela de representantes com idade entre 16 e 25 anos, corresponde a 44% do total de famílias beneficiadas.

Gráfico 01 - Faixa etária (%)

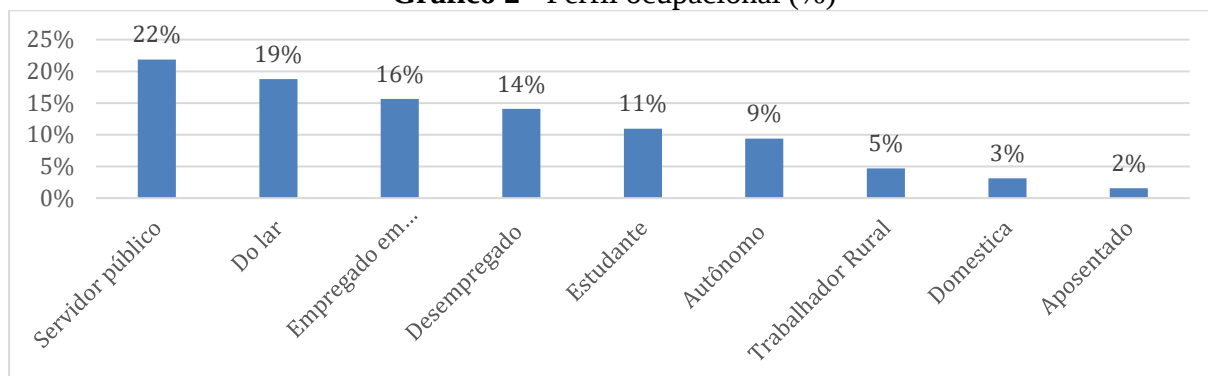


Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Para além da faixa etária, 83% da amostra selecionada vive na zona urbana e apenas 17% vive na zona rural. Tal resultado converge ao padrão brasileiro, em 75,3% da população que são beneficiadas pelo PBF vivem na zona urbana (CadUnico, 2013).

No que cerne o perfil ocupacional dos responsáveis do grupo familiar, é possível notar que o programa tem atuado mais sobre as famílias que possuem representantes em situação de maior vulnerabilidade e volatilidade no fluxo de renda, são os casos das pessoas voltadas para atividades do lar (19%), Desempregados (14%), Estudantes (11%) e Autônomos (9%), que em conjunto compõem 53% do grupo analisado (Gráfico 2).

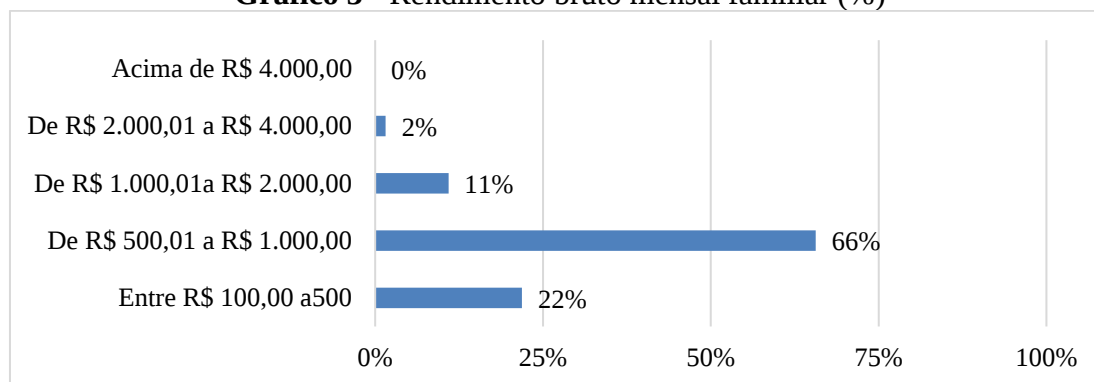
Gráfico 2 - Perfil ocupacional (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

O Gráfico 3 apresenta a faixa de rendimento dos beneficiários do PBF selecionado nesta pesquisa. Conforme pode observar, 66% dos entrevistados possuem renda familiar mensal entre R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00, seguida da faixa de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 (22%), o que torna o quadro agravante, uma vez que, 70% das famílias entrevistadas possui três pessoas ou mais na mesma residência. Na faixa mais alta de renda, acima de R\$ 4.000,00, não expressou nenhuma representatividade. Resultado esperado, posto que a faixa de renda dos beneficiários do grupo alvo deve ser de até R\$178,00 per capita no grupo familiar.

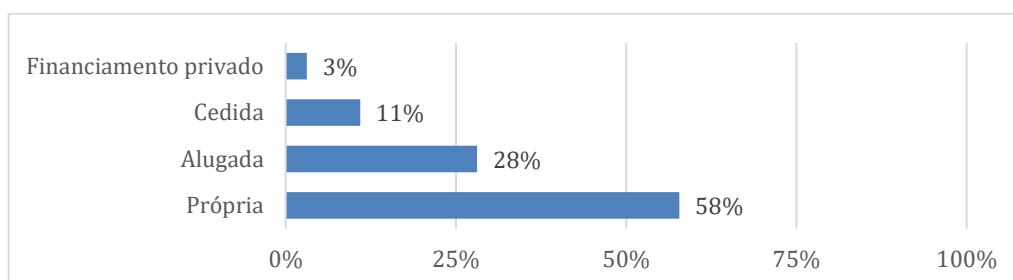
Gráfico 3 - Rendimento bruto mensal familiar (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

No aspecto do tipo de residência que o beneficiado reside, destaca a residência própria que representa 58% da amostra (Gráfico 4). Tal resultado abre espaço para pesquisas futuras para investigar a relação entre os beneficiados do BF e se estes são assistidos também pelo “Programa Minha Casa Minha Vida”, tendo em vista que este programa do Governo Federal busca combater o déficit habitacional do país, e as famílias alvo são aquelas concentradas nas faixas de rendimento mensal de até três salários mínimos.

Gráfico 4 – Tipo de residência (%)



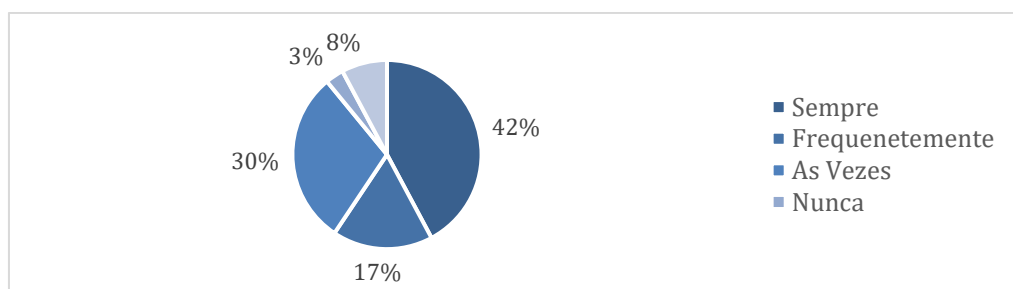
Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Ainda sobre o tipo de residência, 28% dos beneficiários apresentam gastos mensais com moradia, 11% são cedidas e apenas 3% são financiadas por entidades privadas (Gráfico 4).

3.2 Percepções do PBF sob a ótica do beneficiado no município de Urucuia

Esta seção busca apresentar a percepção da eficácia do PBF no município de Urucuia sob a percepção dos beneficiários do programa. Inicialmente, buscou analisar se o recurso social transferido ajudou na educação e saúde de sua família. Nesse aspecto, 42% alegaram que ajudou sempre e 17% frequentemente, isso demonstra que, ao menos para 59% das famílias o recurso auxilia no suprimento dos gastos alvo da política (Gráfico 6).

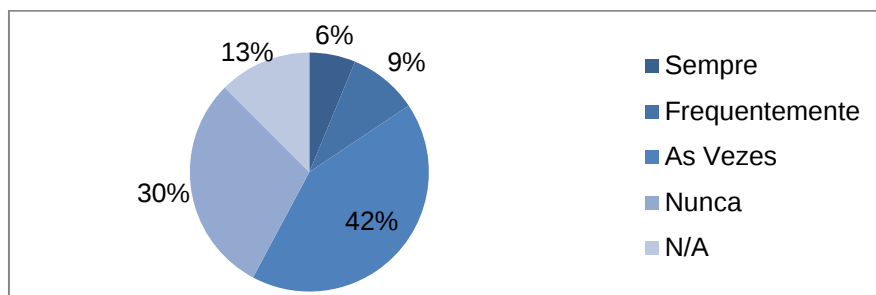
Gráfico 6 - Após receber o benefício social ajudou na educação e saúde de sua família? (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Quando questionados se o benefício é satisfatório para a sustento do núcleo familiar, para apenas 6% deles o benefício é sempre satisfatório, para 42% alegaram que as vezes e 30% que nunca. Nesses termos é percebido que para 72% da população os recursos destinados ainda são insuficientes para manutenção do sustento do grupo familiar (Gráfico 7).

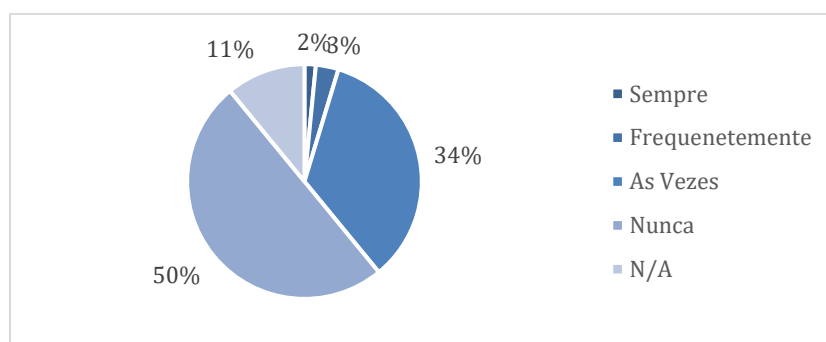
Gráfico 7 - Satisfação dos beneficiários quanto aos recursos recebidos (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Posteriormente buscou-se compreender a percepção dos entrevistados quanto ao atendimento. Primeiramente eles foram questionados sobre a participação da família em eventos sócio educativos junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, apenas 2% alegaram que participam sempre e 3% que participam frequentemente, logo percebe-se que há uma baixa adesão das famílias aos eventos de esclarecimentos do CRAS (Gráfico 8).

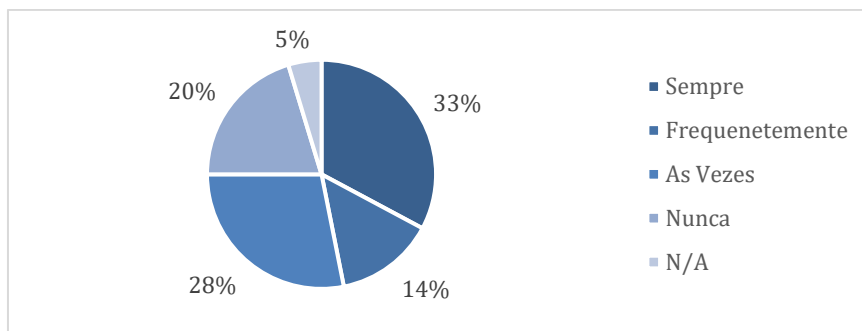
Gráfico 8 – Participação da família em eventos sócio educativos junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Quando indagados sobre as ações da prefeitura de mobilização no sentido de orientar as famílias a manter o cadastro atualizados, 33% responderam que a prefeitura sempre realiza e 14% que frequentemente, ou seja, para 47% tem demonstrado um grau mais elevado de esforço de orientação dos núcleos familiares (Gráfico 9).

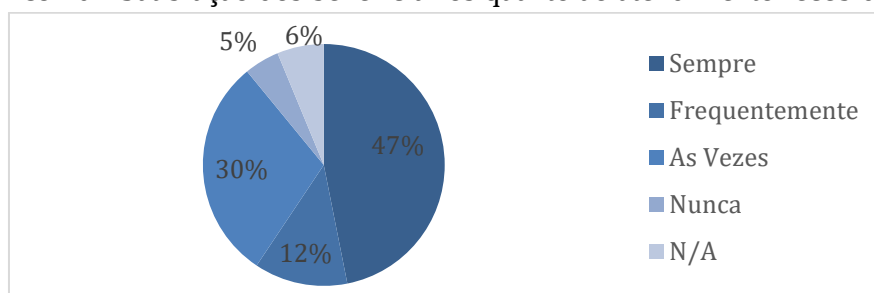
Gráfico 9 – Atuação da prefeitura na mobilização na orientação das famílias a manter o cadastro atualizados (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

No que cerne a satisfação dos entrevistados quanto ao atendimento recebido nos postos de atendimento do PBF no município em análise, 47% enfatizam que, às vezes, e 12% alegam que, frequentemente, possuem um atendimento satisfatório. Deste modo, cerca de 59% dos entrevistados tem os níveis mais altos de percepção da eficácia do atendimento recebido pelo órgão responsável pela execução do PBF (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Satisfação dos beneficiários quanto ao atendimento recebido (%)



Fonte: Elaboração própria baseada na pesquisa de campo, 2020

Contudo, 35% informaram não estar totalmente satisfeito com atendimento recebido, uma vez que as exigências não cumpridas pelos beneficiários poderão acarretar no bloqueio do benefício, isso faz com que muitos tirem a conclusão que foram a equipe de atendimento que efetuou a suspensão do benefício (Gráfico 10). Tal percepção pode estar atrelada a falta de esclarecimento dos beneficiados quanto ao funcionamento do programa, tendo em vista que existe uma baixa adesão do público aos eventos de esclarecimento da CRAS (Gráfico 8).

Ademais, dentre os entrevistados sob a eficácia de atendimento do programa, um dos beneficiários mencionou que: “A secretaria de Ação social, deveria propor melhoria na

qualidade do atendimento para os usuários do setor, colocar pessoas com perfil apropriado para o atendimento pois lidam com várias pessoas que são bastante carentes e a equipe do bolsa família não consegue suprir todas as necessidades desses usuários, outra situação é manter sempre a fiscalização em dias, porque acho que tem beneficiários que não tem necessidade recebendo”.

Além disso, buscou-se identificar a percepção dos beneficiários sobre os esclarecimentos fornecidos pelos servidores do CadÚnico. Segundo os resultados, 66% dos beneficiários acreditam que os servidores possuem informações e conhecimento sobre o programa.

A partir desta observação é propício expressar que o atendimento pode ser aperfeiçoado para que assim, a população assistida tenha maior satisfação em termos de atendimento prestado, pois esse quesito é um fator fundamental para ampliar a eficácia do PBF.

Nessa reflexão, percebe-se que o grupo que está satisfeito e frequentemente satisfeito com os recursos recebidos é muito restrito, não ultrapassando 15%, o que pode refletir uma insuficiência do recurso de arcar com as necessidades dessas famílias. Por outro lado, 35% dos entrevistados, não estão satisfeitos com o atendimento prestado pelo órgão de execução. Devido ao receio da burocracia e temor de perder o benefício a qualquer momento. Esse contingente elevado, pode estar associado a baixa adesão da população aos esclarecimentos prestados nos eventos do órgão que executa o programa no município. Talvez, se uma nova estratégia fosse adotada para os esclarecimentos, com uma comunicação mais próxima e direta com a população por meio das escolas e/ou centros de saúde fosse possível elucidar melhor os critérios do programa e a relevância de atualização do cadastro, bem como reduzir o temor frente ao corte do benefício.

3.3 Percepções do PBF sob a ótica dos gestores públicos e líderes de comunidade no município de Urucuia

Para além do perfil do beneficiário assistido pelo PBF, esta pesquisa procurou compreender ainda a percepção da efetividade do programa bolsa família sob a visão dos gestores do programa.

Segundo a análise do gestor do Cadastro Único, “*esse programa tem melhorado as condições de vida da população que se encontra em situação de pobreza no município, pois a*

partir do recebimento melhorou a suas condições de vida, mas mesmo assim é possível identificar que a pobreza ainda é predominante nos aspectos socioeconômicos das famílias, alguns usuários ainda dizem que o valor do bolsa família poderia ser maior para ajudar a suprir todos os gastos da família”.

Em um determinado momento da pesquisa foi indagado para o gestor do Cadastro Único, se o município de Urucuia realiza ações para conscientização dos usuários do Programa Bolsa Família? Segundo o entrevistado: *“Não, mas deveria. Infelizmente o município é falho quando se trata de estar alertando e dando maior transparência para a população sobre o benefício bolsa família, uma vez as pessoas nem sempre tem consciência de informar a sua verdadeira realidade, pois é notório que várias famílias não se enquadram, porém recebem o benefício”.*

A partir do programa bolsa família é possível verificar a melhora na condição financeira das famílias analisadas. De acordo com relatos de um líder de comunidade, *“antes de algumas famílias receberem esse benefício as coisas eram muito difíceis, pois muitos eram pais de família e passavam necessidades em alguns casos até fome. Muitas famílias enfrentavam muita dificuldade pois não tinham nenhum tipo de renda e hoje essas famílias já se encontram em uma situação menos vulneráveis”.*

Ademais, segundo entrevista com o representante do poder legislativo, quando indagado sobre a fiscalização por parte do Legislativo em relação a distribuição dos benefícios sociais no município de Urucuia-MG, e se existe alguma averiguação por parte do legislativo em relação ao bolsa família. Segundo o entrevistado (do Legislativo), *“Até o presente momento não existe nenhum tipo de fiscalização ou averiguação do Legislativo municipal com relação ao programa bolsa família, o que foi proposto até o momento foi uma audiência pública no programa que por sinal ainda não aconteceu”.*

No decorrer da pesquisa foi possível notar algumas anormalidades quanto a distribuição dos valores repassados aos beneficiários, uma vez que existem pessoas com perfis que não se enquadram nas exigências do PBF e são beneficiadas, enquanto há famílias de baixa renda, especificamente, 8 famílias entrevistadas com necessidades básicas que não estão sendo atendida pelo programa. Segundo os técnicos que exercem função no controle e monitoramento do PBF no município, *“essa demanda já era previsto na pesquisa, pois a falta de políticas públicas voltada pra a melhoria de vida garantindo o desenvolvimento social e crescimento*

econômico, ainda deixa a desejar no município de Urucuia localizado no Norte de Minas Gerais”.

Portanto, observa que o PBF no município de Urucuia tem lacunas a ser preenchidas e melhoradas no que tange ao processo de controle e fiscalização e, especialmente na inclusão de famílias que deveriam ser assistidas pelo programa e que até o presente momento não foram incorporadas.

Conclusões

O presente trabalho investigou a efetividade do Programa Bolsa Família (PBF) pela percepção de 64 beneficiários, 6 gestores públicos do município (um coordenador da equipe do Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); dois agentes comunitário da saúde; um secretário municipal de administração representante do Executivo; um vereador representando o legislativo e um conselheiro do Conselho de Assistência social do município) e 2 líderes de comunidade, envolvidos no processo de inclusão, execução, monitoramento e fiscalização do PBF no município de Urucuia, no estado de Minas Gerais.

De grosso modo, observou que o PBF tem contribuído para incluir famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza, e sem acesso a serviços básicos.

No que tange a percepção da efetividade do PBF sob o olhar dos beneficiados do programa no município em análise, o grupo de famílias que estão satisfeitos e frequentemente satisfeitos com os recursos recebidos é muito restrito, não ultrapassando 15%, o que pode refletir uma insuficiência do recurso de arcar com as necessidades dessas famílias. Ademais, para 72% da amostra selecionada os recursos destinados ainda são insuficientes para manutenção do sustento do grupo familiar. Vale salientar ainda, que 35% dos entrevistados beneficiados pelo PBF, não estão satisfeitos com o atendimento prestado pelo órgão de execução. Esse contingente elevado, pode estar associado a baixa adesão da população aos esclarecimentos prestados nos eventos do órgão que executa o programa no município.

No que refere a percepção dos gestores públicos e líderes de comunidade em relação a efetividade do PBF no município, nota-se que o programa tem melhorado as condições de vida da população que se encontra em situação de pobreza no município, contudo até o presente momento não existe nenhum tipo de fiscalização ou averiguação pelo poder legislativo municipal com relação ao programa, conforme relatado e descrito pelo vereador entrevistado.

Quanto a este aspecto, a percepção dos gestores é que a fiscalização é extremamente custosa financeiramente para um município com o pequeno contingente de servidores e de recursos financeiros.

Outra constatação importante, sendo esta convergente tanto pela concepção dos beneficiados como dos gestores e líderes de comunidade, foi a baixa participação da população local nas ações de conscientização e esclarecimento promovidos pelos Cras, tendo em vista que apenas 2% dos beneficiados alegaram que participam sempre e 3% que participam frequentemente. Esse comportamento não deve ser dado como estrutural e que veem o futuro como um presente amplificado. Ao contrário, deve haver uma maior articulação com as instituições responsáveis pelo desenvolvimento de tais ações, e que estas sejam realizadas para além das suas instalações físicas, como por exemplo em postos de saúde e nas escolas (públicas e privadas).

Por fim, cabe chamar atenção para as dificuldades encontradas para o desenvolvimento deste trabalho, no qual a insegurança dos respondentes foi a principal causa por parte dos beneficiários, pois alguns expressaram desconfiança ao fornecer as informações, devido receios dos benefícios serem suspensos.

Referências

- AUXILIADORA, D.; MONTEIRO, A.; RIBEIRO, E. M. DE APRENDIZAGEM: PERCEPÇÃO DE GESTORES. **RACE - Revista De Administração, Contabilidade E Economia**, p. 105–130, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 10 set. 2019.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil: balanço e desafios**. - Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2010.
- CASTRO, H. C. DE O. DE et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **OPINIÃO PÚBLICA**, v. 15, n. 2, p. 333–355, 2009.
- CAIXA ECONOMICA. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 28 de abril de 2019.
- COSTA, M. et al. A voz do beneficiário : uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de administração pública**, v. 48, n. 6, p. 1381–1405, 2003.
- COSTA, A. de P. **POLÍTICAS PÚBLICAS: PROGRAMAS SOCIAIS FEDERAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – BOLSA FAMÍLIA**. João Pessoa, 2005. Disponível em: <https://ipcig.org/publication/mds/2M.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2019.
- DENUBILA, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; MONTEIRO, D A. A. **Programa Bolsa Família: análise da trajetória dos indicadores sociais em Minas Gerais**. In: ENANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2010. Disponível em:

- www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=626&cod_evento_edicao=53&cod_edicao_trabalho=11688, Acesso em: 25 de maio 2019.
- FIGUEIRÓ, A. L. Entre o assistencialismo e a emancipação: uma análise da relação entre estado e sociedade civil, a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, p. 145-146, 2010.
- GUERRA, A. C. et al. **Programa Bolsa Família**: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. In: ENANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1638.pdf>22. Acesso em: 10 maio 2019
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/urucuia/panorama>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.
- MDS - Ministério Desenvolvimento Social. **A Gestão do Programa**. Publicado em 02/07/2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa>. Acesso em: 08 de nov. de 2019.
- _____. **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal** – 2013.
- _____. Condicionais. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionais>. Acesso em: 24 set. 2019.
- MEDEIROS, M; BRITO, T. SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf. Acesso em 10 mar. 2020.
- MENDES, V. L. P. S.; BARBOSA, A. M. G.; RODRIGUES, J. M. Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. especial, p. 105-120, jun. 2009.
- MOURÃO, L.; FERREIRA, M. C.; JESUS, A. M. de. Evaluation of the Brazilian Family Grant Program: a quasi-experimental study in the State of Rio de Janeiro. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 4, p. 719-729, jan. 2012.
- SÁ, Maria O. L. de; SILVA, Lucimeiry B. da. **Uma análise da aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho** — PB. In: ENAPG, 2012, Salvador. Anais... Salvador: Anpad, 2012. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/uma_analise_da_aplicacao_do_programa_bolsa_familia_no_municapio_de_sao_bentinho_a_pb_1343830792.pdf Acesso em 13 de maio 2019
- TRALDI, Daiane R. C.; ALMEIDA, Luiz M. de M. C.; FERRANTE, Vera L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 23-37, jan./jun. 2012.
- TESTA, M. G. et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de administração pública**, v. 47, n. 6, p. 1519–1542, 2013.
- WEISSHEIMER, Marco A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2006.
- ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 147–164, 2015.